

A ECONOMIA É ESSENCIAL AO DESENVOLVIMENTO DO AMAZONAS - I

Nilson Pimentel (*)

04/05/2018

Quando no artigo anterior se tratou sobre a responsabilidade e comprometimento com o futuro econômico do Amazonas por parte do governante estadual, especificamente não se quer gravar que não haja esses fatores no sistema político de governo, no entanto, posiciona-se no que se aponta para as necessidades de avaliar casos concretos e o grau de liberdade com que o agente econômico governo envereda em suas opções decisórias.

Explica-se que esse agente, está limitado por prazo de seu mandato, no qual o espaço decisório encontra-se sob as condições econômicas e sociais que lhe impõem o reconhecimento pela sociedade e frente às responsabilidades de Estado, com graus variáveis de responsabilidades próprias, as quais nem sempre lhe deixam margem para não agir decisoriamente sem olhar o futuro, mas com o imediatismo que o sistema político induz.

Dado as questões culturais, políticas, sociais e econômicas que se relacionam quanto às posições do agente econômico governo estadual, desenvolvidas e implementadas pelo grupo político dominante, impera no Amazonas a não culpabilidade, o não compromisso com o futuro econômico estadual, haja vista, que nesses 50 anos do projeto Zona Franca de Manaus (ZFM) poucas ou quase ausentes, foram às tentativas de indução de processos de desenvolvimento econômico regional, e não porque não se tenha opções de alternativas nesse sentido, assim como existem as oportunidades e possibilidades em face das dádivas que o riquíssimo bioma amazense possui, o agente não adotou nenhum mecanismo de Planejamento Econômico Estratégico que lhe permitisse vislumbrar caminhos que levasse ao próprio caminho de desenvolvimento regional.

Para os economistas-pesquisadores do Clube de Economia da Amazônia (CEA) os termos usuais da Ciência da Economia, como liberalismo, Neoliberalismo, desenvolvimentismo, como Política Econômica (PE), basicamente aqui na questão não se aplica, pois em economias depauperadas como a do Amazonas, o objetivo de agente governo deve ser sempre buscar, mitigar a pobreza e as desigualdades intra regionais, com programas e projetos que levem a indução de processos de desenvolvimento regional.

No entanto, aqueles profissionais ressaltam as complexibilidades de torná-los exequíveis economicamente, pois se trata de uma tarefa árdua, já que o desenvolvimentismo tanto pode qualificar um fenômeno da realidade material, quanto um fenômeno da teoria do pensamento econômico.

O pessoal do CEA destaca que o objetivo do desenvolvimentismo, no caso do Amazonas, abrange pelo mesmo os seguintes aspectos:

- 1) a existência de ações estratégicas de um planejamento estratégico que vise o desenvolvimento regional;
- 2) a necessidade de ação indutora por parte do governo estadual direcionada a concretizá-las; e
- 3) a indução amparada em políticas específicas, indutora de aproveitamento das potencialidades econômicas regionais que resultem em atividades econômicas e que levem à industrialização como meio para o desenvolvimento regional.

Por outro lado, eles destacam que os objetivos e metas do planejamento estratégico e a política pública específica, como por exemplo, uma consistente e abrangente, na trilha do desenvolvimento econômico regional, como a **Política Estadual dos Incentivos Fiscais**, de forma deliberada pelo agente governo estadual, que objetive o compromisso do crescimento da produção e da produtividade, sob a força transformadora da industrialização dos potenciais econômicos (originariamente de recursos naturais), que podem transformar a sociedade com vistas a alcançar fins desejáveis, destacadamente à superação de seus problemas econômicos e sociais, demonstrando para os agentes e atores envolvidos, as resultantes do sistema capitalista, como para a agricultura

familiar, a fruticultura, a exploração predatória de garimpos, a pesca predatória de certas espécies e etc.

No Amazonas existem profissionais com qualificação técnica na atração de investimentos estrangeiros diretos, os quais poderão carrear investimentos produtivos que atuem na economia endógena, com amplo espectro econômico para investidores, haja vista, que as atividades econômicas do Polo Industrial de Manaus (PIM) estão estabilizadas nessas 550 empresas, há mais de 20 anos e que nesse período não se recebeu nenhum outro investimento de importância mundial.

Para os pesquisadores do CEA, a dinâmica do desenvolvimento econômico regional encontra pressupostos teóricos na evolução das pesquisas, dos estudos, das análises que se fazem sobre as atividades econômicas espalhadas dentro do espaço territorial objeto que se pretende conhecer, estabelecendo-se um referencial sobre a ciência da economia regional, principalmente, quanto às proposições de explicação das ocorrências das aglomerações e/ou da desconcentração das atividades produtivas existentes, como no caso do Amazonas, há existência primordial de concentração das atividades econômicas na capital Manaus.

De um lado, observar-se que o desenvolvimento e crescimento econômico são forças que evoluem de forma variável, observando-se as características diferentes em cada sub-região geográfica que o Amazonas está dividido, em que algumas delas são paupérrimas.

Tendo em vista, a super concentração de atividades econômicas na capital Manaus, e observando-se as grandes diferenças entre as sub-regiões, as interligações entre elas como de livre jogo de mercado, ficam constatadas a dependência dos fluxos econômicos entre Manaus e as demais sedes municipais dentro das sub-regiões, nas quais se propaga as desigualdades e se intensifica essa dependência, pois Manaus “impõe” um fluxo muito grande de comércio, como sua vantagem comparativa frente às demais cidades interioranas.

Tanto que é possível encontrar produto, como frango congelado, adquirido na capital, em sedes municipais mais longínquas desta.

Pois essa dependência inibidora sobre as sub-regiões torna-se prejudicial aos processos de desenvolvimento econômico regional, com forte caracterização de relação centro/periferia, onde se produz a ilusão de progresso por meio da movimentação e elevação do consumo na capital, que tende a agravar as diferenças.

Visto nessa trilha, a importância do agente governo estadual como indutor desse desenvolvimento econômico, com o compromisso com o futuro da economia estadual que se não assim o fizer joga a Economia do Amazonas para o atraso.

Como sinal de alerta, para reflexão de todos, observem e analisem as Economias dos estados do Pará e de Rondônia.

(*) Economista, Engenheiro, Administrador, Mestre em Economia, Doutor em Economia, Pesquisador, Consultor Empresarial e Professor Universitário:
nilsonpimentel@uol.com.br.

